**VESTIBULAR INDÍGENA –**

Em 18 de abril de 2001 foi publicada a Lei Estadual 13.134, aprovada pela Assembleia Legislativa, que criou a primeira política de ação afirmativa para populações indígenas no estado do Paraná. Proposta pelo Governo do Estado, a lei prevê três vagas suplementares em cada uma das sete universidades estaduais a cada ano letivo para serem disputadas, exclusivamente, por candidatos pertencentes às etnias indígenas que residem ou residiram por, no mínimo, dois anos nas terras indígenas localizadas no Paraná.

A política de inclusão indígena no ensino superior do Paraná, por meio do Vestibular dos Povos Indígenas, foi pioneira no Brasil. Desde que o vestibular se tornou Lei Estadual, a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior atua no fortalecimento dessa política de inclusão. O Governo do Estado financia a realização do vestibular e investe na permanência dos estudantes por meio de um auxílio mensal.

O vestibular é dividido em duas etapas. A primeira é uma prova oral, quando o candidato é entrevistado por uma banca formada por dois profissionais voltados ao trabalho com a temática indígena e à diversidade étnica. Na segunda etapa acontece a prova de redação e conhecimentos gerais, com questões de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia e Língua Estrangeira Moderna ou Língua Indígena, sendo o Guarani e Kaingang.

No ano de 2002 a primeira edição do Vestibular Indígena contou com 54 candidatos para 15 vagas. Em 2019 foram cerca de 750 inscritos para 52 vagas. O número representa um aumento de mais de 1000% na procura por cursos de graduação desde que foi criado, há 17 anos. As universidades estaduais já formaram 75 estudantes em diferentes cursos de graduação como Medicina, Veterinária, Pedagogia, Agronomia, Odontologia. No total são 215 indígenas matriculados nas estaduais.

Na pós-graduação, a UEL possui um estudante indígena (kaingang) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social e a Universidade Estadual de Maringá um estudante e um aluno formado no mestrado em Educação. Cerca de 80% dos indígenas que se formam ainda possuem vínculo com sua comunidade, sendo que a maioria atua na área de Educação.

Caciques e lideranças indígenas também fazem parte do processo de ingresso do estudante indígena no ensino superior. Eles são responsáveis por tornar a avaliação legítima incentivando a participação dos moradores das regiões que eles representam.

A novidade da XIX edição do Vestibular dos Povos Indígenas é a aplicação das provas que ocorrerá de maneira regionalizada nas cidades de Manoel Ribas, Nova Laranjeiras, Mangueirinha, Londrina e Curitiba. A Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior oferecerá transporte para que os candidatos se desloquem das terras indígenas para os locais de aplicação de provas, além de refeições e alojamento.